



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL

ATA Nº 007/2026

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O TRÂNSITO MUNICIPAL, FLUIDEZ, SEGURANÇA, MOBILIDADE URBANA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Encantado, realizou-se Audiência Pública promovida pela Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural, presidida pelo Vereador Daniel Ângelo Passaia, com a finalidade de debater questões relacionadas ao trânsito municipal, especialmente quanto à fluidez, segurança, mobilidade urbana e revitalização da área central do município.

Declarada aberta a audiência, o Presidente da Comissão agradeceu a presença da comunidade, de representantes de entidades e das autoridades presentes, destacando a importância da participação popular na construção de políticas públicas voltadas à melhoria da mobilidade urbana e da segurança no trânsito.

Para compor a mesa de trabalhos, foram convidados o Vereador Leonardo Lorenzi, membro da Comissão de Orçamento e Finanças; o consultor especialista em trânsito, Senhor Rui Voldinei Pires; e o representante do Conselho Municipal de Trânsito, Senhor Marcelo Casaril.

O Presidente informou que a audiência estava sendo transmitida ao vivo pelos canais oficiais da Câmara Municipal no Facebook e no YouTube, permanecendo gravada para consulta posterior da comunidade.

Na sequência, registrou e agradeceu a presença de representantes da Brigada Militar, por intermédio do Tenente Nilson Friedrich; da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL; da Polícia Rodoviária Estadual; do Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública – CONSEPRO; da Associação Ciclos do Vale; do Poder Executivo Municipal, representado pelo Departamento de Trânsito; do Corpo de Bombeiros; de representantes de partidos políticos, da imprensa local e da comunidade em geral.

Em seguida, o Presidente esclareceu a dinâmica dos trabalhos, informando que os interessados em fazer uso da palavra poderiam realizar pré-inscrição em lista disponibilizada no plenário, sem prejuízo da manifestação daqueles que não estivessem previamente inscritos. Destacou que as manifestações da comunidade teriam duração estimada de dois a três minutos por participante, enquanto os vereadores inscritos teriam tempo de um minuto a um minuto e meio para suas manifestações, buscando assegurar a participação de todos e a conclusão dos trabalhos dentro do tempo previsto.



Por fim, agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Cláudio, pela disponibilização da estrutura e dos servidores do Poder Legislativo para a realização da audiência pública, bem como aos demais vereadores presentes, ressaltando o espírito de união entre situação e oposição na busca de soluções para as demandas relacionadas ao trânsito do Município de Encantado.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente concedeu a palavra ao Senhor MARCELO CASARIL, representante do Conselho Municipal de Trânsito, o qual informou que o Conselho de Trânsito e Mobilidade foi criado em 24 de junho de 2025, por iniciativa decorrente da necessidade de o Município dispor de um órgão específico para debater e auxiliar na formulação de políticas relacionadas ao trânsito e à mobilidade urbana. Destacou que, ao longo de seu primeiro ano de funcionamento, o Conselho realizou diversas reuniões e encontros, sempre com o objetivo de buscar melhorias para o trânsito e a mobilidade do Município, considerando especialmente o crescimento de Encantado como cidade turística e o consequente aumento no fluxo de ônibus, visitantes e novos desafios relacionados à circulação urbana. Salientou, ainda, que o Conselho permanece aberto ao recebimento de sugestões da comunidade.

Em resposta ao questionamento do Presidente da audiência, o representante do Conselho esclareceu que o órgão é composto por sete membros, sendo três representantes do Poder Executivo Municipal, um representante da Brigada Militar, um da Associação Comercial e Industrial de Encantado – ACI-E, um representante do Centro de Formação de Condutores – CFC e um representante do setor de transportes do Município.

Posteriormente, o Vereador LEONARDO LORENZI, membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural, cumprimentou os presentes e ressaltou a importância da audiência pública diante das crescentes demandas relacionadas ao trânsito e à mobilidade urbana, agravadas por fatores como o desenvolvimento turístico e os eventos climáticos enfrentados pelo Município nos últimos anos. Destacou a relevância da participação da comunidade, das entidades e da sociedade civil organizada, a fim de que as demandas e sugestões apresentadas possam subsidiar os debates no âmbito do Poder Legislativo e, posteriormente, serem encaminhadas ao Poder Executivo, buscando a adoção conjunta das melhores decisões para o Município.

Em seguida, o Presidente concedeu a palavra ao consultor especialista em trânsito, Senhor RUI VOLDINEI PIRES, que esclareceu a forma de atuação da consultoria técnica prestada ao Município, informando que realiza acompanhamento mensal das demandas locais, mediante visitas presenciais e suporte técnico contínuo, incluindo a elaboração de pareceres técnicos sobre solicitações encaminhadas pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo.

O consultor enfatizou que as alterações no sistema de trânsito devem ser pautadas em critérios técnicos, afastando decisões baseadas apenas em percepções subjetivas, destacando que o Município passou a contar com respaldo técnico especializado na área. Ressaltou, ainda, a necessidade de investimentos em mobilidade urbana e segurança viária, argumentando que os recursos destinados ao trânsito são frequentemente



insuficientes diante das demandas existentes, embora investimentos nessa área contribuam para a redução de acidentes e, conseqüentemente, de custos na área da saúde.

Por fim, mencionou a existência de estudos e projetos de mobilidade elaborados anteriormente para o Município, incluindo propostas de implantação de sistemas binários e de vias de sentido único, destacando a importância de aprofundar o debate sobre as medidas possíveis e legalmente permitidas no âmbito da organização do trânsito municipal, colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos e contribuir com os encaminhamentos da audiência.

Encerradas as manifestações iniciais, o Presidente informou que passaria a palavra aos demais vereadores presentes e, posteriormente, às entidades e à comunidade, destacando que o principal objetivo da audiência pública era ouvir as demandas e sugestões da população acerca do trânsito municipal.

Prosseguindo, foi concedida a palavra à Vereadora JOANETE CARDOSO (Jô), que cumprimentou os presentes e destacou a expressiva participação da comunidade na audiência pública, ressaltando que a presença dos cidadãos demonstrava o interesse coletivo pelo desenvolvimento de Encantado e pela busca de soluções para os problemas relacionados ao trânsito municipal. Salientou que as alterações na organização viária costumam gerar resistência, em razão dos hábitos consolidados da população, porém enfatizou a necessidade de acompanhar o crescimento do Município e o aumento da frota de veículos. Destacou, ainda, que a finalidade principal da audiência era ouvir as demandas e sugestões da comunidade, observando que as intervenções relacionadas ao trânsito devem observar critérios técnicos e a legislação vigente.

Na sequência, fez uso da palavra o Vereador SAMUEL DA SILVA, que cumprimentou os presentes, parabenizou a realização da audiência pública e ressaltou a importância do debate sobre o trânsito municipal. Em sua manifestação, observou que o Município possui diversos bairros e comunidades, além de receber significativo fluxo de veículos oriundos de municípios vizinhos, os quais utilizam as vias urbanas para acesso a serviços como bancos, hospital e demais estabelecimentos localizados na região central.

O Vereador destacou que a concentração do fluxo de veículos na área central, especialmente nas proximidades da praça, gera congestionamentos e dificuldades de mobilidade. Como sugestão para melhoria do sistema viário, manifestou o entendimento de que o restabelecimento do tráfego em mão dupla na Rua Monsenhor Scalabrini poderia contribuir para a redistribuição do fluxo de veículos, oferecendo alternativa de deslocamento para a população que necessita acessar outras regiões do Município, reduzindo, assim, a sobrecarga de trânsito na área central.

Encerradas as manifestações, o Presidente da audiência agradeceu as contribuições apresentadas, destacando que o objetivo do encontro era justamente promover o debate e a construção coletiva de alternativas para o aprimoramento do trânsito no Município de Encantado.



Na sequência, fez uso da palavra o Vereador DIEGO PRETTO, que cumprimentou os presentes e destacou a importância da audiência pública para ouvir a comunidade e os profissionais com conhecimento técnico sobre a temática do trânsito. Manifestou concordância com as observações anteriormente apresentadas acerca da necessidade de revisão do fluxo viário no Município, especialmente na região central, mencionando que determinadas intervenções urbanísticas e elementos do desenho urbano existentes há décadas podem ser reavaliados em razão das novas demandas de mobilidade. Salientou, ainda, que o crescimento do turismo e o aumento da circulação de ônibus exigem adequações na infraestrutura viária, entendendo que a concentração do fluxo de veículos nas imediações da praça central constitui um dos principais desafios do trânsito municipal.

Posteriormente, a Vereadora ALINE GANASINI cumprimentou os presentes e destacou que o trânsito é um tema que afeta diretamente a vida de toda a comunidade. Em manifestação de caráter pessoal, relatou ter vivenciado uma perda familiar decorrente de acidente de trânsito, circunstância que torna o tema especialmente sensível para si. Ressaltou a expectativa de que a audiência pública se constituísse em oportunidade para ouvir a comunidade e analisar as sugestões apresentadas, visando à construção de medidas que promovam maior segurança para todos os usuários das vias públicas.

Em seguida, fez uso da palavra o vereador VALDECIR CARDOSO, que destacou a relevância da audiência pública e reiterou as observações anteriormente apresentadas acerca da Rua Monsenhor Scalabrini. Salientou que as mudanças promovidas no sistema viário municipal, em diversas ocasiões, acabam sendo recebidas com surpresa pela população, defendendo a necessidade de maior diálogo e participação popular antes da implementação de alterações no trânsito.

O Vereador mencionou, ainda, situações relacionadas às mudanças de fluxo em vias do Município, à implantação de rótulas e às dificuldades enfrentadas por veículos de grande porte em determinados pontos da cidade, observando que algumas intervenções geraram dúvidas e reclamações por parte da comunidade. Destacou, por fim, que a população nem sempre compreende claramente os objetivos e as justificativas técnicas das modificações realizadas, defendendo que o debate prévio e a ampla divulgação das medidas podem contribuir para maior entendimento e aceitação das mudanças propostas.

Encerradas as manifestações, o Presidente da audiência agradeceu as contribuições apresentadas, ressaltando que a realização da audiência pública tem justamente a finalidade de promover o debate transparente e participativo acerca das questões relacionadas ao trânsito municipal.

Em seguida, fez uso da palavra o Vereador ROGÉRIO MEIRA, que cumprimentou os presentes e destacou a importância de se debater medidas voltadas à melhoria da fluidez do trânsito municipal. Sugeriu, em especial, a discussão acerca da regulamentação de horários para carga e descarga na área central do Município, entendendo tratar-se de tema relevante tanto para a mobilidade urbana quanto para o atendimento das necessidades do comércio local.



Na sequência, manifestou-se o Vereador CRIS COSTA, que inicialmente registrou a ausência de representantes do Poder Executivo Municipal, mencionando a importância da participação do Prefeito Municipal e do Secretário responsável pela pasta de planejamento e desenvolvimento em debates relacionados ao trânsito. Destacou ser autor de projeto de lei que estabelece diretrizes para o uso de bicicletas elétricas, ciclomotores e equipamentos similares, ressaltando que o tema vem sendo amplamente discutido em âmbito nacional e internacional em razão do crescimento do uso desses meios de transporte e da necessidade de promover maior segurança aos usuários.

O Vereador também lembrou iniciativa anteriormente apresentada nesta Casa Legislativa acerca da regulamentação de veículos abandonados em vias públicas, salientando que diversos municípios já adotaram medidas para notificação e retirada desses veículos e defendendo a necessidade de o Município de Encantado avançar nessa matéria, especialmente em razão de sua vocação turística e da importância da preservação da organização e do aspecto urbano da cidade.

Ato contínuo, o Presidente da audiência destacou a relevância dos temas relacionados aos ciclomotores, bicicletas elétricas e veículos abandonados, mencionando que os respectivos projetos encontram-se em discussão no âmbito do Poder Legislativo e ressaltando a importância de tais debates para o aperfeiçoamento das políticas públicas de trânsito e mobilidade urbana.

Posteriormente, o Presidente informou que seria iniciada a etapa de manifestações das entidades e da comunidade, esclarecendo que a inscrição prévia tinha apenas a finalidade de organização dos trabalhos, permanecendo a palavra aberta a todos os interessados.

Antes do início das manifestações da comunidade, foi concedida a palavra à Vereadora DAIANE BERGAMASCHI, que parabenizou a iniciativa da realização da audiência pública e destacou que o principal objetivo do encontro era ouvir a população, considerando que o trânsito é um tema que impacta diretamente a vida de todos os cidadãos.

A Vereadora observou que, nos últimos meses, o Município passou por diversas alterações no sistema viário, ressaltando que nem todas as mudanças implementadas produzem, necessariamente, os resultados inicialmente esperados. Relatou ter recebido manifestações de moradores, motoristas e comerciantes, especialmente relacionadas às alterações de sentido na Rua Antônio de Conto, apontando preocupações quanto à redução da visibilidade e ao aumento da sensação de insegurança por parte dos usuários das vias.

Defendeu, ainda, que quaisquer modificações no trânsito sejam acompanhadas de monitoramento contínuo e permanente, com a participação dos moradores, comerciantes e usuários das vias públicas, entendendo que as medidas adotadas devem ser constantemente avaliadas e, se necessário, revistas ou corrigidas quando a experiência



prática demonstrar que os resultados esperados não foram alcançados, sempre priorizando a segurança da população. Ao final, solicitou o acesso ao estudo técnico de trânsito elaborado no ano de 2018, a fim de subsidiar futuras discussões e deliberações sobre o tema.

Em resposta, o Presidente Passaia informou que o referido estudo já havia sido solicitado ao Poder Executivo e encontrava-se pendente de encaminhamento, destacando que, tão logo seja disponibilizado, poderá servir de instrumento para subsidiar os trabalhos e os debates realizados no âmbito do Poder Legislativo.

O Vereador CLÁUDIO JOSÉ SILVA NETO (Claudinho) parabenizou a realização da audiência pública e destacou a importância de discutir o tema do trânsito em conjunto com a comunidade. Relatou experiência observada no município de Santa Cruz do Sul, onde alterações no trânsito são amplamente divulgadas e implementadas inicialmente em caráter experimental, possibilitando avaliação dos resultados antes de sua consolidação definitiva, sugerindo a adoção de metodologia semelhante em Encantado, especialmente para mudanças mais significativas, como as realizadas na Rua Antônio de Conto. Salientou que, na condição de usuários e representantes da população, os vereadores recebem diversas sugestões de melhorias no trânsito, sendo recorrente a proposta de inversão do sentido da Rua Monsenhor Scalabrini, permitindo um acesso mais rápido à cidade e facilitando o deslocamento da região alta até a área da Dália/Cosuel, proporcionando melhor distribuição do fluxo de veículos ao longo do centro. Destacou, ainda, que os principais congestionamentos ocorrem em pontos específicos, como o afunilamento na Rua Júlio de Castilhos, nas proximidades da Praça da Bandeira, e no entroncamento junto à Praça Centenário, no acesso oriundo do Bairro Porto Quinze. Por fim, mencionou como sugestão o modelo adotado no município de Lajeado, com a criação de um sistema de circulação em formato de circuito, utilizando vias de mão única para subida e descida, a fim de proporcionar maior fluidez ao trânsito e reduzir os congestionamentos.

O Presidente da audiência registrou as primeiras contribuições encaminhadas pela comunidade por meio da transmissão pela internet. Mencionou a manifestação do senhor JORGE NAMIR DE FREITAS, que destacou o crescimento do Município de Encantado e a necessidade de que as mudanças no trânsito sejam amplamente planejadas, ressaltando também a influência do desenvolvimento do turismo no aumento do fluxo de veículos. Em seguida, registrou a contribuição do senhor IVALDINO CORTI, referente à Rua Coronel Sobral, especialmente quanto ao excesso de velocidade praticado na via, considerada importante rota de desenvolvimento do município.

Na sequência, o Presidente alterou a ordem das manifestações e convidou o Capitão Vinícius, representante do Comando de Polícia Rodoviária da Brigada Militar, para fazer uso da tribuna, destacando a relevância da experiência técnica e prática da corporação no atendimento às demandas de trânsito da região do Vale do Taquari.

Em sua manifestação, o CAPITÃO VINÍCIUS agradeceu o convite e cumprimentou os vereadores, representantes do Poder Executivo e demais presentes. Destacou a importância da realização da audiência pública e da existência do Conselho Municipal de



Trânsito, ressaltando que o tema é delicado e de grande relevância para a sociedade. Salientou que Encantado vem se consolidando como destino turístico, atraindo visitantes de diversas regiões, o que reforça a necessidade de um sistema viário organizado, capaz de acolher tanto os turistas quanto os moradores do município.

Apresentou dados relativos ao ano de 2025, informando que foram registrados quatro sinistros de trânsito com vítimas fatais nas rodovias estaduais localizadas no município de Encantado. Destacou, ainda, os elevados custos econômicos e sociais decorrentes desses eventos, mas enfatizou que o aspecto mais impactante é a perda de vidas humanas e o sofrimento das famílias atingidas. Relatou sua experiência de quatorze anos de atuação na área do trânsito e afirmou que testemunhar as consequências dos acidentes reforça a importância de debates e ações voltadas à segurança viária.

Por fim, colocou o Comando de Polícia Rodoviária à disposição da comunidade e dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para, de forma conjunta, buscar soluções para as questões de trânsito de Encantado e da região do Vale do Taquari. Encerrada sua manifestação, o Presidente agradeceu a presença do Capitão Vinícius e o convidou a compor a mesa de autoridades, a fim de colaborar posteriormente com eventuais questionamentos e contribuições do público presente.

Dando prosseguimento às manifestações da comunidade, o Presidente concedeu a palavra ao senhor IRINEU STAFFORD, morador do Bairro Porto Quinze. Inicialmente, o participante parabenizou a realização da audiência pública e destacou a relevância do tema, afirmando que o trânsito de Encantado apresenta problemas que vão além da infraestrutura viária, sendo, em sua avaliação, uma questão diretamente relacionada à educação e à empatia dos condutores. Mencionou sua experiência profissional nas áreas de segurança pública e trânsito, ressaltando a necessidade de que os usuários das vias públicas adotem uma postura mais responsável e respeitosa.

O senhor Irineu enfatizou que investimentos em mobilidade urbana e melhorias nas vias são importantes, porém insuficientes se não houver conscientização e mudança de comportamento por parte dos condutores. Citou exemplos de infrações observadas no município, como o desrespeito às faixas de segurança, estacionamento sobre calçadas, circulação sem o uso do cinto de segurança e manobras irregulares, defendendo a necessidade de fiscalização mais rigorosa e aplicação das penalidades previstas na legislação de trânsito, não com caráter arrecadatário, mas educativo e preventivo.

Manifestou-se favoravelmente à realização de estudos técnicos, à divulgação das alterações viárias e à revisão de medidas que eventualmente não apresentem os resultados esperados, elogiando o trabalho desenvolvido pelo setor técnico do Município. Também chamou atenção para o crescimento da utilização de bicicletas elétricas, equipamentos autopropelidos e ciclomotores, destacando a necessidade de regulamentação municipal quanto a aspectos como velocidade, idade mínima e circulação desses veículos, em especial diante dos riscos envolvendo crianças e adolescentes.



Por fim, sugeriu a criação de uma área de estacionamento destinada a ônibus de turismo, especialmente na região do Bairro Navegantes, com o objetivo de organizar melhor o fluxo de visitantes e minimizar os impactos no trânsito urbano. Encerrando sua manifestação, reiterou que, além de novos projetos e regulamentações, é fundamental promover a educação e a conscientização da população para a construção de um trânsito mais seguro e organizado.

Na sequência, o Presidente registrou manifestação encaminhada pela internet pelo senhor HALEY SARTORI, que externou expectativa de que a audiência pública contribua para avanços no trânsito do município, observando que muitos problemas decorrem da imprudência, despreparo e impaciência de alguns condutores, fatores que aumentam a sensação de insegurança nas vias. O Presidente agradeceu a participação e ressaltou a importância da conscientização e da responsabilidade na condução de veículos.

Antes de conceder a palavra ao senhor Carlos Bagatini, o Presidente autorizou breve manifestação do Vereador CRISTIANO COSTA, que, em complemento às observações do senhor Irineu Stafford, abordou a questão dos equipamentos autopropelidos e das bicicletas elétricas. O Vereador sugeriu a realização de ações de orientação, como cursos, palestras ou eventos educativos destinados aos usuários desses veículos, envolvendo inclusive os estabelecimentos comerciais que efetuam a venda desses equipamentos no município. Destacou, ainda, a existência de dúvidas e divergências na legislação aplicável ao tema, motivo pelo qual tramita iniciativa legislativa visando estabelecer normas e orientações locais em conformidade com a legislação vigente.

Na sequência, o Presidente corroborou a manifestação, ressaltando que a complexidade e a sobreposição de normas acabam, muitas vezes, dificultando a atuação dos municípios na regulamentação de questões de interesse local, especialmente em matérias relacionadas ao trânsito e à mobilidade urbana.

Posteriormente, o Vereador LEONARDO LORENZI, na condição de membro da Comissão de Orçamento e Finanças, fez uso da palavra para registrar o constante envolvimento do senhor Irineu Stafford nas discussões relacionadas ao trânsito municipal, destacando que suas contribuições não se limitam à apresentação de problemas, mas também contemplam sugestões de soluções. O Vereador concordou que a educação e a conscientização da população constituem medidas essenciais para a melhoria do trânsito. Mencionou, ainda, a tramitação de projeto relacionado aos veículos abandonados no município, destacando que o senhor Irineu também colaborou com informações e orientações sobre o tema, com o objetivo de que sejam adotadas medidas para evitar o acúmulo de veículos abandonados nas vias públicas.

Encerradas as manifestações, o Presidente agradeceu as contribuições apresentadas e concedeu a palavra ao senhor Carlos Bagatini, morador do Centro de Encantado, pelo prazo de três minutos.

Na sequência, fez uso da palavra o senhor CARLOS BAGATINI, morador do Centro de Encantado, que inicialmente parabenizou a realização da audiência pública e destacou



a importância do debate sobre o trânsito municipal. Observou que, embora sempre existam desafios relacionados à mobilidade urbana, é necessário buscar alternativas que promovam melhorias na circulação de veículos e pedestres. Salientou que o município possui limitações em sua infraestrutura viária, mencionando a necessidade de proporcionar maior fluidez ao trânsito, especialmente na Rua Júlio de Castilhos, por meio de intervenções que reduzam pontos de congestionamento.

O participante também sugeriu a remoção de estruturas remanescentes de duas rótulas localizadas nas proximidades da Rua Padre Anchieta, junto à Agropecuária Machado, e nas proximidades da empresa Plásticos Lorenzon, entendendo que tais dispositivos não apresentam utilidade prática e acabam dificultando a circulação de veículos.

Outra preocupação levantada pelo senhor Carlos referiu-se à poluição sonora causada por motocicletas e automóveis com escapamentos adulterados. Defendeu maior integração entre o Poder Público e a Brigada Militar para intensificar a fiscalização e coibir esse tipo de irregularidade, destacando os transtornos ocasionados aos moradores, especialmente no período noturno.

Ainda, chamou atenção para a ocorrência frequente de acidentes no trevo de acesso ao Distrito de Santa Clara, sugerindo a mobilização de esforços junto aos órgãos competentes, inclusive estaduais, visando a implantação de medidas de redução de velocidade, como lombadas eletrônicas ou outros dispositivos de controle de tráfego, a fim de aumentar a segurança no local.

Por fim, dirigiu questionamentos ao técnico de trânsito do Município, senhor Rui, indagando se todas as suas recomendações e apontamentos técnicos são acolhidos pela Administração Municipal e se há situações em que alterações no trânsito são implementadas sem sua prévia manifestação técnica. Como exemplo, mencionou a existência de uma faixa de segurança próxima à entrada da cidade, na Rua Padre Anchieta, cuja localização, em seu entendimento, compromete a visibilidade dos condutores e pode representar risco aos pedestres.

Encerrada a manifestação, o Presidente agradeceu as contribuições apresentadas e informou que todas as sugestões e questionamentos estavam sendo devidamente registrados em áudio e vídeo, ressaltando que o material servirá de subsídio para futuras discussões no âmbito do Poder Legislativo, visando a elaboração de políticas públicas, alterações no trânsito municipal e proposições legislativas pertinentes.

O Vereador ROGÉRIO MEIRA fez breve manifestação, aproveitando a presença do Capitão Vinícius, representante da Polícia Rodoviária Estadual, para solicitar atenção à situação verificada no quilômetro 72 da rodovia, no acesso à Rua Rio Grande do Sul. Relatou que, apesar de se tratar de local com proibição de circulação em determinado sentido, diversos moradores acabam ingressando na via pela contramão, circunstância que já ocasionou acidentes graves, inclusive com vítima fatal. Nesse sentido, sugeriu a realização de ações de fiscalização e monitoramento no local, visando coibir as infrações e aumentar a segurança dos usuários.



Na sequência, fez uso da palavra a senhora MÁRCIA LORENZON, moradora do Centro de Encantado, que inicialmente parabenizou os vereadores pela realização da audiência pública e pelo espaço concedido à comunidade para apresentar suas demandas e contribuições. Destacou a importância da participação popular e reconheceu o trabalho desenvolvido pelo Poder Legislativo em prol do município.

Em sua manifestação, a participante chamou a atenção para as questões relacionadas à mobilidade urbana sob a perspectiva do envelhecimento da população e da inclusão das pessoas com deficiência. Questionou a quantidade de vagas de estacionamento destinadas a idosos e pessoas com deficiência existentes no município e se tais espaços são suficientes para atender à crescente demanda, considerando que Encantado é referência microrregional na prestação de serviços de saúde e recebe diariamente usuários de diversos municípios da região.

Também levantou questionamentos acerca dos procedimentos para obtenção das credenciais de estacionamento destinadas a idosos e pessoas com deficiência, sugerindo que essas informações sejam amplamente divulgadas à população. Além disso, propôs a discussão sobre a possibilidade de isenção da cobrança do estacionamento rotativo para pessoas com deficiência, observando que alguns municípios adotam essa medida e que a matéria pode ser objeto de análise pelo Conselho Municipal de Trânsito.

A senhora Márcia ressaltou, ainda, a necessidade de ampliar o debate sobre acessibilidade urbana, enfatizando que a mobilidade não se restringe à circulação de veículos, mas também abrange as condições de deslocamento de pedestres, especialmente idosos e pessoas com deficiência. Destacou a importância de garantir acessibilidade nos espaços públicos, por meio de elevadores, rampas adequadas e calçadas em condições apropriadas de uso, não apenas na área central, mas em todos os bairros do município. Salientou que a qualidade da infraestrutura urbana impacta diretamente a autonomia e a qualidade de vida das pessoas com mobilidade reduzida.

Encerrada a manifestação, o Presidente agradeceu as contribuições apresentadas e ressaltou a relevância das reflexões trazidas, destacando que a mobilidade urbana também compreende as condições de acessibilidade e segurança nas calçadas e espaços públicos, aspectos essenciais para garantir o deslocamento adequado de idosos, crianças e pessoas com deficiência. Na sequência, convidou o senhor Fabiano Feine, representante do aplicativo Andaê, para fazer uso da palavra.

Na sequência, fez uso da palavra o senhor FABIANO FEINE, representante do aplicativo de mobilidade Andaê, que inicialmente agradeceu o convite para participar da audiência pública. Informou que o aplicativo já atua em diversos municípios do Vale do Taquari e está iniciando suas atividades em Encantado, destacando que o município ainda não dispõe de serviço de transporte por aplicativo em funcionamento. Relatou que foi protocolado pedido junto à Administração Municipal visando à regulamentação da atividade e solicitou o apoio do Poder Legislativo na análise da matéria, colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos e contribuir com o debate sobre o tema.



Encerrada a manifestação, o Presidente destacou que os serviços de transporte por aplicativo representam importante instrumento de mobilidade urbana e de utilidade pública, contribuindo para ampliar as opções de deslocamento da população e melhorar a prestação dos serviços de transporte no município.

Em seguida, o Vereador DIEGO AUGUSTO PRETTO fez breve manifestação, questionando a necessidade de regulamentação específica para o funcionamento de aplicativos de transporte, ponderando acerca da compatibilidade dessa exigência com os princípios da liberdade econômica e do empreendedorismo, especialmente em se tratando de plataformas digitais de prestação de serviços.

O Presidente agradeceu a contribuição do Vereador e ressaltou a importância de aprofundar o debate sobre a matéria, afirmando que o Poder Legislativo deve buscar mecanismos que facilitem o empreendedorismo e a geração de oportunidades, sem prejuízo da observância das normas legais aplicáveis. Destacou, ainda, a relevância dos serviços de transporte por aplicativo para a população, em razão da ampliação das alternativas de deslocamento e da possibilidade de redução dos custos do transporte individual.

O Presidente também retomou a discussão suscitada pela senhora Márcia Lorenzon acerca das vagas de estacionamento destinadas a idosos e pessoas com deficiência, observando que a maioria dos municípios que adotam o sistema de estacionamento rotativo mantém a cobrança das tarifas, assegurando, contudo, a reserva de vagas preferenciais. Ressaltou a importância de manter o debate permanente visando ao aperfeiçoamento das legislações e políticas públicas relacionadas à mobilidade urbana.

Ainda, o Presidente destacou as considerações apresentadas pelo Capitão Vinícius acerca dos elevados custos humanos, sociais e econômicos decorrentes dos acidentes de trânsito, enfatizando que investimentos em melhorias de infraestrutura e em medidas preventivas podem contribuir significativamente para a preservação de vidas. Citou, como exemplo, a necessidade de intervenções em pontos críticos do município, como a denominada “Goleirinha” e o trevo de acesso ao Distrito de Santa Clara, locais que já motivaram solicitações de medidas paliativas voltadas à redução dos riscos de acidentes.

Antes da manifestação do próximo inscrito, a Vereadora ALINE COSTA GANASINI prestou esclarecimentos complementares às indagações apresentadas pela senhora Márcia Lorenzon, informando que a credencial de estacionamento para idosos é emitida por meio de protocolo junto à Administração Municipal e possui caráter gratuito. Informou, ainda, que o estacionamento em vagas destinadas às pessoas com deficiência também é gratuito no município.



Na sequência, o Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e concedeu a palavra ao senhor Alexandre Lorenzon, morador do Bairro Centro, para suas considerações.

Na sequência, fez uso da palavra o senhor ALEXANDRE LORENZON, representante da Associação Ciclos no Vales, entidade que atua há quatro anos em ações relacionadas à mobilidade urbana e à educação no trânsito. Inicialmente, agradeceu a oportunidade de participar da audiência e destacou que a associação vem desenvolvendo iniciativas voltadas à conscientização e à formação de cidadãos para um trânsito mais seguro, mencionando, inclusive, a intenção de implementar em Encantado um projeto de educação para o trânsito semelhante ao programa desenvolvido no município de Arroio do Meio, em parceria com a rede de ensino.

O participante observou que o debate sobre mobilidade urbana e trânsito já vem sendo promovido pela entidade há vários anos, manifestando a expectativa de que a participação da sociedade civil organizada seja ampliada no âmbito do Conselho Municipal de Trânsito, de forma a garantir a representatividade de diferentes segmentos da comunidade.

Destacou, ainda, que a mobilidade urbana deve ser analisada de maneira ampla, contemplando não apenas os veículos automotores, mas também pedestres, ciclistas, pessoas com deficiência, usuários de equipamentos autopropelidos, motociclistas e demais formas de deslocamento. Defendeu a adoção de um modelo de cidade voltado ao bem-estar social, priorizando a segurança, a redução de velocidades em determinados trechos e a criação de espaços que favoreçam a convivência e o deslocamento seguro de todos os usuários das vias públicas.

Em relação aos equipamentos autopropelidos, ressaltou que se trata de uma realidade crescente em âmbito nacional e que muitas pessoas utilizam esses meios de transporte como alternativa economicamente viável ao automóvel. Nesse sentido, manifestou preocupação com propostas que restrinjam a circulação desses veículos em determinadas vias sem que sejam oferecidas rotas alternativas ou infraestrutura adequada, entendendo que a ausência de espaços seguros de deslocamento pode aumentar os riscos de acidentes.

O senhor Alexandre também defendeu a implantação de uma estrutura cicloviária no município, com a criação de ciclovias, bicicletários e demais equipamentos de apoio à mobilidade ativa, destacando que os meios de transporte não motorizados ocupam menos espaço urbano e podem contribuir significativamente para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida da população. Salientou, ainda, a necessidade de fortalecimento do transporte coletivo, observando que a insuficiência de alternativas de deslocamento acaba estimulando o aumento do uso de veículos particulares e, conseqüentemente, a intensificação dos problemas de trânsito.



Ao final, colocou a Associação Ciclos no Vale à disposição para colaborar com o Município e participar das discussões relacionadas ao Conselho Municipal de Trânsito e às políticas públicas de mobilidade urbana.

Encerrada a manifestação, o Presidente parabenizou a entidade pelo trabalho desenvolvido e informou que a Câmara Municipal estudará o encaminhamento de indicação visando à ampliação da composição do Conselho Municipal de Trânsito, com a possibilidade de inclusão de representação de entidades ligadas à mobilidade urbana.

Na sequência, o Vereador DIEGO AUGUSTO PRETTO destacou a relevância das contribuições apresentadas pela senhora Márcia Lorenzon e pelo senhor Alexandre Lorenzon, ressaltando que a cidade deve ser pensada prioritariamente para as pessoas que nela vivem e utilizam seus espaços públicos. Salientou a necessidade de melhorias nas condições de circulação de pedestres, especialmente diante do envelhecimento da população, e observou que há locais no município em que as condições das calçadas obrigam as pessoas a transitarem pela pista de rolamento.

O Vereador também chamou a atenção para a importância do transporte público, afirmando que a insuficiência de alternativas de deslocamento coletivo contribui para o aumento da utilização de veículos particulares, motocicletas e outros meios individuais de transporte, resultando em maior congestionamento e sobrecarga do sistema viário municipal.

Encerradas as manifestações, o Presidente agradeceu as contribuições apresentadas e deu prosseguimento aos trabalhos da audiência pública.

Na sequência, fez uso da palavra o Tenente NILSON FRIEDRICH, representando a Brigada Militar de Encantado, que inicialmente agradeceu o convite para participar da audiência pública e ressaltou a relevância do tema para a segurança pública e a ordem social. Destacou que, além das diversas atribuições desempenhadas pela Brigada Militar, o trânsito constitui uma das principais demandas do trabalho diário da corporação.

O Tenente parabenizou as manifestações anteriormente realizadas pela comunidade, concordando especialmente com as observações relacionadas à necessidade de educação, empatia, calma e respeito às normas de trânsito. Salientou que grande parte dos acidentes decorre do descumprimento das regras já existentes, do excesso de velocidade, de manobras irregulares e da falta de atenção dos condutores, mencionando, inclusive, dados que apontam o uso do telefone celular ao volante como um dos principais fatores de risco para a ocorrência de sinistros.

Ao abordar pontos críticos do município, defendeu a adoção de medidas voltadas à redução da velocidade em locais de maior incidência de acidentes, citando a região denominada “Goleirinha”, onde sugeriu, em caráter de estudo futuro, a implantação de um trevo e melhorias na infraestrutura viária, com a ampliação de acessos que possam contribuir para a mobilidade urbana.



Também apresentou sugestões relacionadas ao trânsito na área central, propondo a análise de alterações no fluxo viário nas imediações da Câmara de Vereadores e da Rua Miguel Luiz Pretto (mão inglesa), com o objetivo de melhorar a circulação de veículos e reduzir os pontos de congestionamento.

Sobre a possibilidade de alterações na Rua Monsenhor Scalabrini, ponderou que qualquer modificação deve ser cuidadosamente analisada, considerando os impactos na segurança e nos pontos de confluência das vias. Como alternativa de longo prazo, mencionou a possibilidade de estudos para implantação de novas estruturas viárias, como viadutos ou outras intervenções que ampliem os acessos ao município e contribuam para desafogar o trânsito.

O Tenente ressaltou, ainda, a importância de se pensar a mobilidade urbana de forma integrada, contemplando pedestres, ciclistas, pessoas com deficiência e demais usuários das vias públicas. Nesse sentido, manifestou apoio à ampliação da infraestrutura cicloviária, mencionando propostas já apresentadas para a ligação entre bairros, escolas e empresas, de modo a incentivar o uso da bicicleta como alternativa de deslocamento.

Em relação às recentes alterações implementadas no entroncamento das ruas Júlio de Castilhos, Antônio de Conto e Severino Augusto Pretto, informou ter realizado observações no local e acompanhado dados de fluxo de veículos, concluindo que o movimento entre as vias apresenta características específicas que justificam a necessidade de um período de adaptação e avaliação dos resultados. Destacou que, até o momento, não foram registrados acidentes no referido cruzamento e defendeu que sejam consideradas alternativas de circulação e rotas secundárias para melhor distribuição do fluxo viário.

O representante da Brigada Militar também ressaltou a importância do respeito às regras de circulação em rótulas e demais dispositivos de ordenamento do trânsito, afirmando que nenhuma medida de engenharia produzirá os efeitos desejados sem a conscientização dos condutores e o cumprimento das normas de trânsito.

Em resposta às manifestações da comunidade acerca da poluição sonora provocada por veículos com escapamentos adulterados e sons em volume excessivo, esclareceu que a Brigada Militar realiza fiscalizações e autuações sempre que constatadas irregularidades, destacando, entretanto, as limitações operacionais diante das diversas atribuições desempenhadas pela corporação. Citou, ainda, exemplos de fiscalizações realizadas em pontos do município, especialmente em relação a estacionamentos irregulares em faixas de segurança e vagas reservadas.

Ao final, colocou a Brigada Militar à disposição do Poder Legislativo e da comunidade para colaborar na construção de soluções voltadas à melhoria da mobilidade urbana e da segurança no trânsito.



O Presidente agradeceu a participação do Tenente Nilson Friedrich, destacando a relevância das informações e dados apresentados, especialmente por se tratar de profissional que acompanha diariamente a realidade do trânsito municipal, informando que todas as contribuições integrarão o relatório final da audiência pública para subsidiar futuras deliberações e proposições legislativas.

Na sequência, um cidadão presente manifestou-se solicitando que a Câmara Municipal avalie a possibilidade de destinar espaço regimental para manifestações da comunidade durante as sessões legislativas, sugerindo a concessão de tempo específico para pronunciamentos populares. O Presidente informou que a sugestão seria registrada em ata e analisada oportunamente pelo Poder Legislativo, esclarecendo, ainda, que a audiência pública permanecia aberta à participação da comunidade, observadas as limitações de tempo necessárias para o regular andamento dos trabalhos.

Na sequência, o Presidente procedeu à leitura das manifestações encaminhadas pela comunidade por meio da internet. O senhor ADEMIR ROSINI e a senhora BETI TONINI manifestaram-se acerca da rótula localizada no Parque João Batista Marchese, destacando a necessidade de maior esclarecimento à população quanto às regras de preferência nas rótulas, uma vez que muitos condutores ainda consideram como preferencial a via proveniente do Bairro Lambari, quando, na realidade, a preferência é do veículo que já se encontra circulando na rótula. Também relataram a ocorrência de situações de risco decorrentes do desrespeito às normas de trânsito e do excesso de velocidade no local.

O senhor GILBERTO ZANATTA manifestou-se favoravelmente à discussão sobre a criação e regulamentação de uma Guarda Municipal, entendendo tratar-se de medida necessária para o município, tema anteriormente levantado pelo Vereador Rogério Meira.

O senhor ANDRÉ GUSTAVO ROSSINI sugeriu que a avaliação das alterações de trânsito na Rua Antônio de Conto seja realizada também com veículos de maior porte, como vans e caminhões, sustentando que, nessas condições, a visibilidade no local torna-se bastante reduzida.

A senhora BETI TONINI encaminhou nova manifestação concordando com o posicionamento do Vereador Samuel, defendendo a utilização da Rua Monsenhor Scalabrini como importante via de escoamento do trânsito, considerando sua largura e capacidade de fluxo, e apontando que as alterações recentes teriam agravado os congestionamentos na região da antiga agência da Caixa Econômica Federal.

O senhor GUNER DALTOÉ, integrante da Associação Ciclos no Vale, observou que o trânsito no centro da cidade apresenta baixa fluidez e sugeriu que as ruas paralelas à Rua Júlio de Castilhos, como Monsenhor Scalabrini, João Sana, Duque de Caxias e Antônio de Conto, passem a operar em sentido único, nos moldes adotados em municípios vizinhos, como Lajeado, a fim de proporcionar maior organização e fluidez ao tráfego.



Por fim, o senhor JURACI SANTO DE AZEVEDO manifestou o entendimento de que os debates devem priorizar os problemas locais do município de Encantado, deixando as questões de competência federal para as instâncias correspondentes. Em resposta, o Presidente observou que muitas das limitações enfrentadas pelos municípios decorrem da legislação federal, o que, por vezes, restringe a adoção de determinadas medidas em âmbito local.

Na sequência, o Vereador CRIS COSTA questionou os convidados acerca da legislação aplicável à criação de Guarda Municipal ou Guarda de Trânsito, indagando sobre a existência de requisitos mínimos, especialmente relacionados ao porte populacional do município, bem como acerca da possibilidade de criação de uma estrutura que exerça ambas as atribuições. Destacou, ainda, as reiteradas solicitações realizadas junto ao Governo do Estado visando ao aumento do efetivo da Brigada Militar no município e a necessidade de se discutir alternativas para o fortalecimento da segurança pública e da fiscalização do trânsito em Encantado.

Encerrada a leitura das contribuições, o Presidente informou que permanecia aberto o espaço para novas manifestações dos presentes, não havendo, naquele momento, outros inscritos para uso da palavra.

Na sequência, o Presidente informou que seriam iniciadas as respostas aos questionamentos e contribuições apresentadas durante a audiência, as quais seriam prestadas pelos representantes do Conselho Municipal de Trânsito, pelo consultor de trânsito Marcelo Casaril, pelo Capitão Vinícius e pelo servidor Rui, destacando que o objetivo do encontro não era a definição de soluções técnicas imediatas, mas o debate das demandas da comunidade, visando subsidiar futuras políticas públicas e ações do Poder Executivo, acompanhadas pela fiscalização do Poder Legislativo. Ressaltou, ainda, que a Câmara Municipal também contribuirá por meio da apresentação de proposições legislativas relacionadas ao trânsito e à mobilidade urbana.

Na oportunidade, foi concedida a palavra ao senhor ROBSON GONZATTI, representante do Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública (CONSEPRO), que salientou a necessidade de readequação de algumas faixas de segurança e esquinas do município, sugerindo o recuo das faixas de pedestres e a implantação de elementos de urbanização para melhorar a visibilidade e a segurança dos cruzamentos. Defendeu, ainda, a realização de estudos em vias com maior incidência de acidentes para a implantação de medidas de redução de velocidade, bem como o aperfeiçoamento da sinalização viária e turística do município. Também destacou a importância de campanhas de conscientização acerca das regras de circulação nas rótulas, especialmente quanto à preferência dos veículos que já se encontram na rotatória.

Ao final, o Presidente agradeceu as contribuições do representante do CONSEPRO e registrou a presença das autoridades de segurança pública, destacando a importância da participação dos órgãos e entidades no debate sobre o trânsito e a mobilidade urbana no Município de Encantado.



Na sequência, o Presidente concedeu a palavra ao consultor de trânsito do Município, senhor RUI PIRES, que informou já existir estudo técnico elaborado em 2018 contemplando diversas demandas e sugestões apresentadas durante a audiência, destacando que as propostas de engenharia de tráfego nem sempre são integralmente executadas pelo Poder Executivo, uma vez que sua atuação é de caráter técnico e não político.

Esclareceu a importância do recuo das faixas de pedestres em determinados cruzamentos para garantir maior visibilidade aos condutores e segurança aos pedestres, bem como a necessidade de observância de critérios técnicos para a implantação de alterações viárias. Informou, ainda, que já foram elaborados projetos para implantação de rotatórias e semáforos em pontos considerados críticos do Município, os quais dependem de decisão administrativa e disponibilidade de recursos para sua execução.

Destacou que as mudanças de sentido em determinadas vias e demais intervenções no trânsito foram precedidas de estudos de fluxo e de segurança, não sendo realizadas com base em achismos. Salientou a necessidade de promover uma cidade voltada às pessoas, priorizando a redução de sinistros e a preservação da vida, ressaltando que nenhuma morte no trânsito é aceitável.

Também abordou a situação das rotatórias existentes no Município, esclarecendo que sua eficácia depende da adequada sinalização, canalização, iluminação e do respeito às normas de circulação pelos condutores. Por fim, explicou que a implantação de lombadas, quebra-molas, faixas elevadas e demais dispositivos moderadores de tráfego exige estudos técnicos específicos e a assinatura de profissional habilitado, não podendo ser executada apenas em razão de reivindicações pontuais da comunidade, devendo-se considerar, inclusive, os impactos sobre os serviços de emergência e atendimento pré-hospitalar.

O consultor de trânsito Rui esclareceu que diversas demandas apresentadas pela comunidade já constam em estudo técnico elaborado em 2018, ressaltando que nem todas as sugestões técnicas são efetivamente implementadas pelo Poder Executivo, por envolverem decisões administrativas e orçamentárias. Explicou que alterações no trânsito, como recuo de faixas de pedestres, implantação de sentidos únicos, semáforos e rotatórias, são fundamentadas em estudos de fluxo, segurança viária e critérios técnicos, não em decisões arbitrárias. Destacou a necessidade de priorizar a segurança das pessoas e a redução de acidentes, mencionando que nenhuma morte no trânsito é aceitável. Também abordou a importância da correta sinalização das rotatórias, da redução de velocidades e da adoção de medidas de moderação de tráfego, observando que a instalação de quebra-molas e redutores de velocidade exige estudos técnicos e deve considerar os impactos na mobilidade urbana e nos serviços de emergência. Defendeu ainda maiores investimentos em sinalização, educação para o trânsito e fiscalização, sugerindo a criação de uma comissão permanente de mobilidade pela Câmara Municipal e ressaltando a necessidade de planejamento voltado à humanização do trânsito, incentivo ao uso de rotatórias, restrição de veículos pesados em determinadas áreas do centro e implantação de políticas públicas de mobilidade urbana sustentadas em critérios técnicos.



Por fim, informou que a mini rotatória no cruzamento das Ruas Eduardo Satler e Monsenhor Scalabrini ainda se encontrava em fase de conclusão, dependendo da instalação de tachões e finalização da sinalização.

O consultor de trânsito Rui esclareceu aspectos técnicos relacionados aos dispositivos de redução de velocidade, informando que a legislação de trânsito proíbe a utilização de tachões como redutores de velocidade, sendo permitidos apenas como divisores de fluxo e elementos de segregação. Explicou as diferenças entre os tipos de ondulações transversais (redutores de velocidade) e as faixas elevadas para travessia de pedestres, destacando que cada dispositivo possui critérios específicos de implantação, dimensões, locais adequados de utilização e necessidade de estudos técnicos e sinalização apropriada. Ressaltou que as faixas elevadas possuem custo elevado, mas representam investimentos em segurança viária e proteção à vida. Também observou que a instalação indiscriminada de redutores pode impactar a mobilidade urbana e os serviços de emergência, defendendo que as intervenções sejam planejadas com base em critérios técnicos. Por fim, citou exemplos de outros municípios que vêm implantando faixas elevadas em áreas escolares e destacou a importância da correta execução das obras para garantir sua efetividade na redução de velocidade e segurança dos pedestres.

O Vereador VALDECIR CARDOSO destacou a necessidade de considerar a circulação de caminhões, ônibus, vans e veículos de transporte de trabalhadores e turistas nas alterações viárias do município. Relatou dificuldades enfrentadas por veículos de maior porte em determinados pontos da cidade, especialmente em razão de buracos, restrições de circulação e intervenções no trânsito, defendendo maior diálogo e planejamento prévio antes da implementação de mudanças. Também manifestou preocupação quanto à regularidade de algumas rotatórias e defendeu a ampliação da sinalização e do controle de tráfego em pontos críticos.

Em resposta, o consultor de trânsito Sr. RUI PIRES esclareceu que a sinalização e as regras de circulação em rotatórias devem observar o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, não podendo os municípios estabelecer procedimentos divergentes da legislação. Salientou que as rotatórias constituem importante medida moderadora de tráfego, adotada em diversos países, contribuindo para a redução da velocidade dos veículos e para o aumento da segurança viária.

Na sequência, o Presidente destacou que o debate evidenciou a complexidade das questões relacionadas à mobilidade urbana e a necessidade de maior aproximação entre o Poder Legislativo e os técnicos da área, sugerindo a realização de futuras reuniões e discussões nas comissões da Câmara para aprofundamento do tema.

Por fim, o CAPITÃO VINÍCIUS, representando a Polícia Rodoviária Estadual, enfatizou a importância da educação para o trânsito, da fiscalização e da engenharia de tráfego como pilares da segurança viária. Informou que a corporação dispõe de uma Escolinha de Trânsito, sediada em Cachoeira do Sul, para a realização de palestras e atividades educativas em escolas e empresas, colocando-se à disposição do Município para futuras parcerias e ações de conscientização. Registrou, ainda, que as demandas



apresentadas na audiência serão encaminhadas internamente pela corporação, visando contribuir para a melhoria da mobilidade urbana em Encantado.

Na sequência, o Sr. MARCELO CASARIL, representando o Conselho Municipal de Trânsito e o Centro de Formação de Condutores (CFC), destacou que a educação para o trânsito constitui um dos principais pilares da segurança viária, defendendo que a conscientização de motoristas e pedestres deve iniciar ainda na infância, no ambiente escolar, e não apenas no processo de habilitação. Ressaltou que o trabalho desenvolvido pelo CFC é voltado à preservação da vida, por meio da educação e da conscientização da comunidade, colocando-se à disposição para contribuir com as ações e debates relacionados à mobilidade urbana e às políticas de trânsito do município.

Em seguida, o Vereador LEONARDO LORENZI destacou a importância de projetos de educação para o trânsito voltados às crianças e jovens, mencionando iniciativas desenvolvidas pela Brigada Militar nas escolas e defendendo a ampliação dessas ações em parceria com os órgãos de trânsito. Também abordou a situação das ciclovias do município, afirmando que, com exceção do trecho entre o bairro Planalto e a comunidade de Jacarezinho, as estruturas existentes apresentam limitações de uso e necessitam de melhorias, defendendo que futuros projetos de mobilidade contemplem ciclovias mais seguras e funcionais, proporcionando melhores condições para a prática do ciclismo e a locomoção da população. Por fim, agradeceu a participação de todos os presentes e a realização da audiência pública.

Em suas considerações finais, o consultor RUI PIRES colocou-se à disposição do Município e da Câmara de Vereadores para auxiliar na construção de soluções voltadas à melhoria do trânsito local. Destacou sua experiência em diversos municípios gaúchos, ressaltando a importância do trabalho técnico, do cumprimento dos manuais brasileiros de sinalização de trânsito e da participação ativa do Conselho Municipal de Trânsito e das entidades representativas nas discussões relacionadas à mobilidade urbana. Enfatizou, ainda, que a educação para o trânsito é um instrumento fundamental para a preservação de vidas, encerrando sua manifestação com a mensagem de que “enxergar o outro no trânsito é salvar vidas”.

Por fim, o vereador DANIEL ÂNGELO PASSAIA agradeceu a participação de todos os presentes e ressaltou que o principal legado da audiência pública foi a aproximação entre a Câmara Municipal, os órgãos de segurança, o Conselho Municipal de Trânsito e as entidades representativas da sociedade. Registrou, ainda, demandas relacionadas à sinalização de vias, melhorias no sistema de informações de navegação e em acessos secundários de diversos bairros, bem como a necessidade de investimentos em pavimentação e infraestrutura viária. Destacou que a Câmara de Vereadores continuará debatendo o tema, buscando soluções voltadas à mobilidade, à fluidez e, sobretudo, à segurança no trânsito, visando à preservação de vidas e à melhoria da qualidade de vida da população de Encantado. Em seguida, declarou oficialmente encerrada a audiência pública e convidou a comunidade a acompanhar os trabalhos legislativos e as sessões ordinárias da Câmara Municipal.



Para constar, foi lavrada a presente Ata pela Assessora de Comissões, Márcia Cima Voges. Registra-se que o teor integral desta audiência pública se encontra gravado em áudio e vídeo, disponíveis na página oficial da Câmara Municipal de Vereadores, por meio da plataforma YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=o-EzmYBVq9I&t=1423s> e facebook <https://www.facebook.com/CamaraEncantado/videos/1538096604632542>. E, para constar, a presente Ata segue devidamente assinada pelo Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças E Infraestrutura Urbana e Rural e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Encantado.

Claudio Jose da Silva Neto
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Encantado

Daniel Passaia
Presidente COF

Leonardo Lorenzi
Membro COF